

Sarney assina mensagem de convocação da Constituinte

Assinada

BRASÍLIA — Com a anunciada ausência do PDS, o Presidente José Sarney assina hoje, às 11 horas, em solenidade no salão nobre do Palácio do Planalto, a minuta da proposta de emenda constitucional atribuindo poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1986. Foram convidados, além dos pedessistas, as demais lideranças partidárias, os Presidentes da Câmara e do Senado, todo o Ministério, os Presidentes do STF e do TSE e remanescentes da Constituinte de 1946.

Sarney fez duas alterações — uma de forma e outra de conteúdo — no esboço da emenda aprovado pelo Conselho Político da Aliança Democrática. No artigo terceiro, ao invés de atribuir a instalação dos trabalhos da Constituinte ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sarney reservou a função para o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele revelou que a alteração foi sugerida por juristas e não por líderes do Congresso.

— Minha intenção ao lançar aquele esboço — disse Sarney — era exatamente suscitar o debate. Muitas sugestões estão chegando e uma delas é a de atribuir ao TSE a função de instalar os trabalhos da Constituinte. Os juristas argumentaram que em 1946 procedeu-se assim, o que justifica tomar o precedente como tradição.

A outra alteração, apenas formal, é no artigo segundo, onde se explicita a soberania da Constituinte. Ao invés da referência ao parágrafo primeiro do artigo 47 da atual Constituição, que impede o Congresso de votar emendas abolindo a República e eliminando a Federação, o novo texto determinará apenas que "não se aplicam à Constituinte as limitações previstas na atual Constituição." Um colaborador do Presidente explicou que não havia sentido em fazer referência a artigo e parágrafo da Constituição em vigor porque ela não terá vigência sobre os trabalhos da Constituinte.

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo, desconhecia até a tarde de ontem qualquer modificação na mensagem de Sarney. Ele disse que o texto aprovado pelo Conselho Político era muito claro e não tinha falhas de redação.

Em São Paulo, também o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, afirmou desconhecer qualquer mudança na mensagem.

— É impossível fazer uma emenda pronta e acabada para satisfazer todas as tendências — frisou Lyra, acrescentando que o Congresso pode alterar a proposta do Presidente da República.

A possibilidade de mudança fora admitida, entretanto, pelo Presidente da Câ-

mara e do PMDB, Ulysses Guimarães, para quem o texto divulgado anteriormente serviria apenas para abrir o debate.

A Ordem dos Advogados do Brasil não aceita que o Congresso eleito em 86 tenha poderes constituintes, conforme estabelece a mensagem convocatória do Governo. O Presidente da Ordem, Hermann Baeta, encaminhou ontem ao Presidente José Sarney documento expressando os pontos de vista da entidade, que considera "inadmissível a transformação do atual ou do futuro Congresso em Constituinte, assim como transformar a Constituinte em Congresso".

A Ordem também rejeita "qualquer anteprojeto de Constituição a ser remetido como privilegiado documento-base à Constituinte, sobretudo oriundo de comissão nomeada por atuais poderes da República". Segundo Baeta, a comissão presidida por Afonso Arinos viola a soberania da Constituinte. Ele explicou que a Ordem quer uma Constituição elaborada exclusivamente pela Assembleia Constituinte, que deve ser, ela própria, apenas Constituinte.

A proposta da Ordem é que sejam eleitos, no início do ano que vem, delegados para elaborar a Constituição, com a imediata instalação da Assembleia.

PDS decide não ir à solenidade

BRASÍLIA — Por decisão unânime da Executiva Nacional, os líderes do PDS não comparecerão hoje à solenidade de assinatura da mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, no Palácio do Planalto, recusando convite do Ministro da Justiça, Fernando Lyra. A Executiva do PDS considerou a solenidade "uma festa política do Governo, à qual a Oposição não tem por que comparecer".

A decisão da Executiva representou um recuo na posição inicial assumida pelos líderes Prisco Viana e Murilo Badaró, que chegaram a confirmar sua presença, e do Presidente do partido, Senador Amarel Peixoto, na solenidade. Ontem, Prisco e Badaró justificaram a mudança de posição como "decisão soberana da Executiva".

Amaral mostrou-se bastante agastado por não ter sido convidado como Presidente do partido e sim como ex-constituente. O Ministro da Justiça convidou apenas Prisco e Badaró. O PDS considerou o episódio "um escorregão" do Palácio do Planalto. Prisco admitiu a irritação e lembrou o convite ao Deputado Nelson Marchezan para discutir o pacto nacional, que excluiu Amaral.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, criticou a posição da Executiva do PDS.

— Com esta atitude, parece até que o PDS está contra a Constituinte e, se for assim, não deve mesmo comparecer à solenidade — observou.

— Segundo o líder, a recusa "é ruim para a solenidade e pior para o PDS", porque a presença seria apenas um ato simbólico.

Pimenta admite antecipação da instalação

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, admitiu ontem que o Governo poderá antecipar a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, para que não coincida com a instalação do Congresso Nacional, no dia primeiro de fevereiro de 1987. Pimenta da Veiga disse que juristas e parlamentares têm apresentado ao Presidente Sarney suges-

tões nesse sentido.

Segundo Pimenta da Veiga, tende a prevalecer a idéia de se eleger o Presidente da Constituinte dois dias antes da eleição dos Presidentes da Câmara e do Senado — o que obrigaria a alteração no texto da emenda aprovada pelo Conselho Político do Governo, que prevê todas as eleições

na mesma data.

A eleição do Presidente da Constituinte poderá se dar no dia 30 ou 31 de janeiro, o que em nada prejudica, diz Pimenta da Veiga, a proposta de que os trabalhos da Constituinte sejam presididos pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, como estabelece o texto original.

Constituição é 'colcha de retalhos' com 25 emendas

BRASÍLIA — A atual Constituição, de 24 de janeiro de 1967, é considerada pelos políticos uma verdadeira "colcha de retalhos", devido às 25 emendas que recebem nestes 18 anos.

Dessas emendas, pelo menos duas praticamente violentaram a Constituição de 67, que já não era tão liberal quanto a de 1946: a emenda número um, de 12 de outubro de 1969, outorgada pela junta militar, que praticamente refez a Constituição, e o chamado "pacote de abril", em 1977, decretado pelo Presidente Ernesto Geisel em duas emendas (a sétima e a oitava), que, entre outras coisas, criou a figura do Senador indireto (o "bônico").

A última das emendas à Constituição, foi, de longe, a mais liberalizante: promulgada a 15 de maio, restabeleceu o princípio da eleição direta para Presidente da República; devolveu a autonomia às estâncias hidrominerais e aos municípios de segurança nacional; garantiu o direito de voto aos analfabetos; deu representação política ao Distrito Federal; acabou com a sublegenda e a fidelidade partidária e permitiu as coligações partidárias; e tirou da clandestinidade os partidos proscritos, entre outros avanços.

Para o Deputado João Gilberto (PMDB-RS) Relator-Geral da Comissão Interpartidária para as Reformas Eleitoral e Partidária, pelo menos três pontos da atual Constituição têm que ser alterados para que a Constituinte possa se reunir sem constrangimentos: devem ser revogadas as medidas e o estado de emergência, revisto o sistema de representação dos Estados na Câmara proporcional ao sufrágio e abolida a possibilidade de processo contra Deputados, sem prévia autorização da Câmara, por crime de subversão.

Além dessas três pontos, João Gilberto considera que nada mais deve ser alterado até a instalação da Assembleia, a primeiro de fevereiro de 1987, porque caberá justamente à Constituinte a revisão constitucional.

Foram as seguintes as emendas e seus principais efeitos sobre o texto original:

Emenda número 1, de 17 de outubro de 1969 — outorgada pela junta militar, acrescentou à Constituição um preâmbulo, que praticamente a altera, com dispositivos autoritários ainda não revogados.

Emenda número 2, de 9 de maio de 1972 — Transformou em indireta a eleição de Governador em 1974.

Emenda número 3, de 15 de junho de 1972 — Reimplantou o recesso parlamentar de julho e regulamentou a convocação de suplentes de Deputados.

Emenda número 4, de 23 de abril de 1975 — Restabeleceu a remuneração para os Vereadores.

Emenda número 5, de 28 de junho de 1975 — De autoria do ex-Senador Marcos Freire, visou a aumentar o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Emenda número 6, de 4 de junho de 1976 — Sobre o servidor investido no mandato de vereador ou prefeito.

Emenda número 7, de 13 de abril de 1977 — O "pacote de abril", com a reforma do Judiciário.

Emenda número 8, de 13 de abril de 1977 — Complemento do "pacote de abril", alterou a composição do Colégio Eleitoral para eleição indireta do Presidente da República, estabeleceu a desconcórdância dos mandatos municipais dos estaduais e federais, reformou o sistema tributário, criou os Senadores indiretos ("bônicos") e reduziu o quorum para aprovação de emenda constitucional de dois terços para maioria absoluta.

Emenda número 9, de 28 de junho de 1977 — Apresentada pelo Senador Nelson Carneiro, hoje no PTB, instituiu o divórcio.

Emenda número 10, de 14 de novembro de 1977 — Permitiu aos vereadores serem secretários municipais sem perder o mandato.

Emenda número 11, de 13 de outubro de 1978 — Para vigorar a partir de primeiro de janeiro de 1979, acabou com os atos institucionais, criou as medidas de emergência, o estado de emergência e o conselho constitucional e abriu caminho para a reforma partidária.

Emenda número 12, de 17 de outubro de 1978 — Do deputado Thales Ramalho, sobre os direitos dos deficientes físicos.

Emenda número 13, de 10 de outubro de 1979 — Garantiu licença ao parlamentar e substituição pelo suplente.

Emenda número 14, de 9 de setembro de 1980 — Do Deputado Anísio de Souza, transferiu as eleições municipais de 1980 para 1982.

Emenda número 15, de 19 de novembro de 1980 — Restabeleceu o voto direto nas eleições de Governador em 1982 e acabou com a figura (mas não com o mandato) do Senador "bônico".

Emenda número 16, de 27 de novembro de 1980 — Definuiu a propriedade das ilhas fluviais e lacustres.

Emenda número 17, de 2 de dezembro de 1980 — Reforma tributária dos Estados e Municípios.

Emenda número 18, de 30 de junho de 1981 — Aposentadoria do professor aos 30 anos de serviço e da professora aos 25.

Emenda número 19, de 6 de agosto de 1981 — Do Deputado Alberico Cordeiro, fixando prazos de desincompatibilização.

Emenda número 20, de 20 de outubro de 1981 — Sobre os subsídios dos Prefeitos.

Emenda número 21, de 27 de outubro de 1981 — Remuneração dos deputados estaduais.

Emenda número 22, de 29 de junho de 1982 — Estabeleceu a desconcórdância das eleições municipais com as estaduais e federais, devolveu algumas prerrogativas parlamentares, alterou a composição do Colégio Eleitoral, aumentou o número de cadeiras da Câmara e previu o voto distrital para as eleições de 1986.

Emenda número 23, de primeiro de dezembro de 1983 — Emenda Passos Porto, de reforma tributária.

Emenda número 24, de primeiro de dezembro de 1983 — Emenda João Calmon, destinando 13 por cento dos impostos arrecadados pela União e 25 por cento pelos Estados e Municípios para a educação.

Emenda número 25, de 15 de maio de 1985 — Extinguiu o voto distrital e o Colégio Eleitoral e removeu parte do "entulho autoritário".

Um compromisso de Tancredo Neves

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney cumpre hoje, ao assinar e encaminhar ao Congresso a mensagem de convocação da Assembleia Constituinte, um compromisso assumido formalmente por Tancredo Neves há menos de um ano, na convenção que o lançou candidato do PMDB à Presidência da República.

— Assumo, diante do nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de Poder Constituinte, para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta constitucional — afirmou Tancredo, num dos principais trechos do discurso.

Para Tancredo, a vida das constituições estava no espírito com que são concebidas e, se não possuísem a verdade social como essência, não poderiam durar muito.

— Dispensar-me de comentar a Constituição que hoje nos rege. Desassistida da verdade social, que só o consenso nacional pode assinar, nossa Carta tem sido mero regimento para a conveniência de grupos minoritários e se encontra perempta pela incontável vontade de mudanças que a Nação manifesta — denunciou.

Remanescentes defendem envio de anteprojeto

BRASÍLIA — Os remanescentes das constituintes de 1934 e 1946 com mandato parlamentar defendem o envio ao Congresso pelo Executivo de um anteprojeto de Constituição e temem dificuldades na próxima Assembleia Nacional Constituinte. São os Senadores Amarel Peixoto (PDS-RJ) e Luiz Viana (PDS-BA) e os Deputados João Agripino (PMDB-PB), Ernani Satrio (PDS-PB) e Manoel Novaes (PDS-BA) (o único que foi Constituinte também em 1934).

Amaral Peixoto, Presidente do PDS, considera conveniente que a reunião da Constituinte seja precedida por um trabalho elaborado por uma comissão, pois a Assembleia terá "um ponto de partida", ainda que possa rejeitar a proposta. Luiz Viana também entende que um anteprojeto pode facilitar as atividades da Constituinte e Manoel Novaes julga o critério razoável, porque um documento da importância de uma Constituição "não pode ser elaborado nem às pressas, nem sujeito a uma massa de emendas".

Novaes observou que em 1946, quando foram apresentadas 4.092 emendas ao projeto elaborado pela "grande comissão" formada na Assembleia, o tumulto foi maior do que em 1934, quando o Governo enviou um anteprojeto.

As preocupações dos cinco parlamentares — além deles, é remanescente de 1946 o Deputado Magalhães Pinto (PDS-MG), em licença de saúde — são as mais variadas. Amaral Peixoto receia, pelo sentimento que capta no País, que a Assembleia seja muito agitada e João Agripino teme que a nova Constituição seja de tal forma liberal que cometa o mesmo erro da de 1946, que conferiu ao Congresso "poderes excepcionais" e, com isso, "emperrou a administração".

Agripino — que participou da "grande comissão" de 1946, examinando em subcomissão o capítulo "Do Poder Executivo" — diz que se assusta com alguns fatos que, em sua opinião, podem ser relevantes para a elaboração de uma Constituição: hoje na Câmara não há nem um jurista e, de 1946 até hoje, "as lideranças escaquearam".

— Falta espírito público e não se faz uma Constituição sem isso — acrescentou. Não creio que os constituintes de 1986 sejam de melhor nível do que os congressistas de hoje, porque o melhor nível foi o de 1946 e, a partir daí, vem sempre decrescendo.

Novaes está convicto de que "uma luta ideológica tremenda vai se dar no seio do Congresso" e admite a possibilidade de as forças conservadoras atuarem de tal forma "que a Constituição não venha bem ao agrado daqueles que não são nem conservadores nem de esquerda".

Com 50 anos de vida pública, Satrio concentra suas preocupações na "verdadeira trituração" por que passará o anteprojeto do Executivo, se vier a ser encaminhado.

O descrédito na força que a esquerda terá dentro da próxima Assembleia é comum: Satrio acha que "as esquerdas serão vencidas nos primeiros debates". Amaral prevê que a maioria do povo "não se deixará influir pela esquerda" e Novaes arrisca que os comunistas não farão prevalecer suas teses, com o que concorda Agripino.

Ainda durante a campanha eleitoral, a denúncia do caos constitucional

BRASÍLIA — "Na realidade, temos um caos constitucional", proclamou o Senador José Sarney no Rio, a 12 de setembro do ano passado, na primeira oportunidade em que comentou, como candidato a Vice-Presidência da República, a necessidade de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje ele assina e encaminha ao Congresso sua proposta.

Presente em todos os documentos elaborados pela Oposição durante os Governos militares e no compromisso assumido pela Aliança Democrática com a Nação, a convocação da Constituinte mereceria outros comentários do candidato, durante a campanha.

— É sabido por todos que não temos praticamente uma constituição, mas uma colcha de retalhos, que vêm provocando várias crises a nível político, a nível social e a nível econômico — acusava.

Para Sarney, a legislação outorga-

da e obsoleta seria incompatível com a nova realidade do País, representada pelo restabelecimento do poder civil.

— Todos os argumentos de natureza política a respeito da necessidade de uma nova Constituição e de uma Constituinte são irrefutáveis — dizia Sarney, que defendia ao mesmo tempo, como agora, a celebração de um pacto de unidade nacional para que a Constituinte não resultasse apenas numa formalidade.

— O País só pode encontrar solução plena para seus problemas através de um pacto de unidade, em que a sociedade de modo geral se reúna, como aconteceu na Espanha, para atravessar o período de uma fase autoritária a uma fase democrática. Sem isso não adianta querer fazer coisa formal, como Poder Constituinte ou Assembleia Constituinte, se não houver união das forças que constituam a sociedade — alertava.